

# Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX

## INTRODUÇÃO

Apesar da sua importância, a sociologia da educação tem minimizado, em especial nos países anglo-saxónicos, a análise dos processos segundo os quais a estrutura do poder influencia os sistemas educacionais<sup>1</sup>. Numa tentativa para contribuir para o debate recentemente iniciado no âmbito desta disciplina, analisei noutro trabalho<sup>2</sup> o impacto dos factores políticos e ideológicos na esfera educacional, estudando o modo como determinada ordem específica — o salazarismo — conseguiu impor uma nova estratégia à educação popular durante a década de 1930. A escola era ali vista não só como uma instituição que veiculava conhecimentos teóricos e práticos, mas também como uma agência que transmitia e impunha valores, com vista à preservação e reprodução da ordem social.

A utilização política da escola como instrumento de controlo de massas é um fenómeno moderno, correspondendo a um determinado estágio da evolução do capitalismo. Como veremos, no Portugal das primeiras décadas do século, muitos indivíduos duvidavam ainda das vantagens de mandar o povo à escola. No interior do que era provavelmente a fracção mais coesa das classes dominantes, a burguesia rural, ainda se encontrava quem defendesse o analfabetismo total como o melhor meio de assegurar a estabilidade social; havia, no entanto, também quem considerasse ser necessário utilizar a escola como um meio de «civilizar» as massas trabalhadoras e de difundir a ideologia salazarista. Se é verdade que, em última análise, a classe dirigente portuguesa confiava mais na força do que no consenso como sustentáculo da ordem social, sabia, apesar de tudo, que jamais atingiria uma estabilidade plena sem um mínimo de legitimidade.

Antes de analisar o debate sobre a instrução popular, parece-me adequado recordar a sua natureza fundamentalmente ideológica. Embora o regime republicano se declarasse empenhado na educação popular, a sua

---

<sup>1</sup> Apesar de tudo, no final da década de 70 começaram a publicar-se algumas obras sobre o assunto. Ver, por exemplo, J. Karabel e A. H. Halsey, *Power and Ideology in Education*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1977.

<sup>2</sup> M. F. Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença-GIS, 1978.

eficácia no que ao aumento da escolaridade diz respeito foi mínima, facto de que a maior parte dos historiadores que se debruçaram sobre este período se esqueceu. Por outro lado, a hostilidade manifestada pelo Estado Novo contra a instrução do povo não teve também os efeitos catastróficos que, dada a sua ideologia explícita, se poderia esperar: houve até um certo declínio das taxas de analfabetismo durante o período<sup>3</sup>. Mas, se é um facto que os índices quantitativos não se alteraram de um dia para o outro, a resposta que a classe dirigente deu à questão do ensino popular variou e muito. A escola não se encontrava, de forma alguma, acima das lutas políticas.

Esta análise dividir-se-á em três partes. Na primeira analisarei as atitudes em relação à instrução do povo, focando não apenas as estratégias oficiais, como também as atitudes populares; na segunda descreverei o debate sobre a «escola única», que levanta questões interessantes relativamente ao papel da escola na democratização da sociedade; finalmente, na terceira resumirei as controvérsias sobre a «escola neutra», assim como os debates em torno do controlo do sistema educacional, que nos permitirão detectar as atitudes face ao Estado por parte dos diversos intervenientes.

## 1. DEVE-SE ENSINAR O POVO A LER?

### a) OS REPUBLICANOS E OS OPERÁRIOS

A ideologia republicana herdara a maior parte dos princípios educacionais do liberalismo<sup>4</sup>. Como para os liberais, a instrução constituía para os republicanos a base da democracia, da moralidade pública e da prosperidade económica, tendo, portanto, de ser garantida a todos os cidadãos. Em contrapartida, atacavam violentamente o suposto carácter obscurantista e classista do sistema educacional monárquico e sobretudo a submissão a ditames pedagógicos estrangeiros que, na sua opinião, caracterizava tal sistema. Para eles, a educação popular devia ser laica, democrática e nacionalista. Aos princípios clássicos do liberalismo, os republicanos acrescentavam o patriotismo.

O povo devia aprender a ler por várias razões, entre as quais se salientava a convicção republicana de que a escola constituía o instrumento privilegiado para a destruição das bases mentais da tirania. Uma vez «esclarecidas», as massas populares seriam as primeiras a desejar a implantação da República. Havia, pois, que retirar ao Trono e ao Altar o domínio sobre o sistema escolar.

Profundamente conscientes da humilhação nacional infligida pelo ultimato inglês, os republicanos eram muito sensíveis à propaganda patriótica. Representante típico do pensamento pedagógico republicano, João de Barros

---

<sup>3</sup> Não obstante as taxas de analfabetismo não serem facilmente comparáveis, tem, apesar de tudo, algum interesse verificarmos a sua relativa impenetrabilidade às mudanças ocorridas na estrutura política. A taxa decresceu de 79,2 % em 1890 para 78,6 % em 1900, 75,1 % em 1911, 70,8 % em 1920, 67,8 % em 1930, 59,3 % em 1940, 48,7 % em 1950 e 40,3 % em 1960. (Ver J. T. M. Machado, *No II Centenário da Instrução Primária*, Lisboa, MEN, 1972. Para as taxas de frequência escolar, ver também M. F. Mónica, *op. cit.*)

<sup>4</sup> V. Pulido Valente, *Uma Educação Burguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973

(que, após a queda da Monarquia, viria a ocupar o cargo de director-geral da Instrução) foi um dos principais porta-vozes desta política de defesa da autonomia cultural <sup>5</sup>.

Tal como as touradas ou a prostituição, o analfabetismo constituía, aos olhos dos republicanos, um símbolo da sociedade bárbara que pretendiam destruir. Um «cancro», uma «cegueira», uma «lepra», eram os termos mais frequentemente usados para o definir <sup>6</sup>. Os analfabetos eram seres humanos alienados, submersos em trevas mentais, aguardando passivamente que a luz da Razão lhes iluminasse o espírito. E, mesmo se inocentes do seu lamentável estado, não passavam de seres mutilados, privados de vida espiritual autónoma, marginais, como que «crianças tolas» <sup>7</sup> ou simples «células enferrujadas a contaminar o organismo social a que pertenciam» <sup>8</sup>, incapazes de ver, sentir ou entender o que quer que fosse do mundo que os rodeava. Alexandre Ferreira chegou a dizer que uma mulher analfabeta nunca poderia ser boa mãe <sup>9</sup>. Um poema escrito por um inspector do Porto ilustra bem as ideias dominantes no campo jacobino:

*Não têm vista, coitadinhos,  
São cegos, não podem ver;  
Mas... mais cegos que os ceguinhos  
São os que não sabem ler* <sup>10</sup>.

É difícil falar-se das atitudes globais da classe operária no que diz respeito à instrução, uma vez que a sua imprensa, principal fonte de que hoje dispomos, traduz apenas as opiniões dos militantes «cultos». A imprensa operária não veiculava todas as correntes de opinião dos trabalhadores. A «cultura» dos operários instruídos era muito especial. Tratava-se da cultura típica do autodidacta, com muitos pontos de contacto com a cultura pequeno-burguesa. Redigindo frequentemente textos em estilo retórico, obscuro e recheado de citações clássicas, compondo artigos em que era visível um intenso fascínio pelo Progresso, estes intelectuais-operários deleitavam-se também com a literatura de cordel mais miserabilista <sup>11</sup>. A sua insistência na frugalidade dos costumes e na «respeitabilidade», a par de uma inabalável fé na educação, contribuíram para dificultar a sua aceitação por um grande número de trabalhadores para quem um tal modelo se revestia dum carácter utópico <sup>12</sup>.

---

<sup>5</sup> Uma vez no poder, a República interpretaria o seu programa patriótico segundo uma concepção extremamente sectária, o que terá certamente contribuído para a formação duma forte corrente de opinião contra as medidas então tomadas nesta área.

<sup>6</sup> Os republicanos adoptaram, de forma acrítica, a visão negativa tradicional quanto aos analfabetos. No censo de 1864 haviam sido incluídos no amplo item «idiotas» (ver A. Coelho, *Cultura e Analfabetismo*, Porto, Renascença Portuguesa, 1916).

<sup>7</sup> *Diário de Notícias* de 8 de Setembro de 1931.

<sup>8</sup> *O Século* de 15 de Outubro de 1932.

<sup>9</sup> *Diário de Notícias* de 24 de Dezembro de 1931.

<sup>10</sup> *Educação Nacional* de 20 de Outubro de 1929.

<sup>11</sup> Ver, por exemplo, os poemas de Manuel Ribeiro publicados no *Avante* (26 e 27 de Junho de 1919). Ver artigo de J. Pacheco Pereira em *Diário de Notícias* de 28 de Agosto de 1979.

<sup>12</sup> Durante os primeiros anos deste século, a propaganda operária fora por vezes conduzida oralmente por «apóstolos» atravessando a pé o País, o que levava a um

Após esta advertência, analisemos a forma como a imprensa operária considerava o problema do analfabetismo. Não há dúvida de que os dirigentes operários olhavam os analfabetos com desprezo: eles eram sistematicamente encarados como escravos e seres mutilados. Em muitos artigos, os analfabetos são apresentados como homens inconscientes, propensos a toda a espécie de submissões perigosas e incapazes de defender os seus interesses. A ideologia operária, herdeira, neste ponto, do iluminismo, partilhava a convicção republicana quer quanto ao carácter «anormal» do analfabeto, quer quanto ao poder da instrução para remodelar a sociedade. Tanto para os operários como para os republicanos, ignorância era sinónimo de escravidão, de cegueira e de trevas, ao passo que instrução significava emancipação, inteligência e luz<sup>13</sup>.

Mais do que qualquer outra, a imprensa operária socialista incorporara a herança iluminista, sendo os socialistas os principais defensores da tese de que a instrução conduziria à emancipação popular. Na sua opinião, as instituições sociais vigentes assentavam apenas na mentira e na corrupção, pelo que o reconhecimento deste facto levaria mentalmente o povo a combater a tirania. Não era por intermédio de violentas convulsões ou de propaganda subversiva que se edificaria o socialismo, mas sim graças à instrução, ao trabalho e à dignidade. Para os socialistas era possível usar as potencialidades existentes nos interstícios da sociedade burguesa (incluindo o respectivo sistema escolar) para a transformar radicalmente.

As «verdades sociais» não se aprendiam apenas através da intuição, algo que, na opinião dos dirigentes operários, os trabalhadores portugueses esqueciam muitas vezes. Não era a brincar aos conspiradores, não era a passar segredos e a trocar ritos e senhas maçónicas, não era a beber em botequins e tabernas que os operários conseguiriam transformar a sociedade. As revoluções faziam-se com trabalho aplicado e estudo aturado. Os dirigentes operários esforçavam-se por convencer os trabalhadores de que estudar, se bem que pouco espectacular, fatigante e complexo, constituía um exercício mais proveitoso do que as constantes e sistematicamente frustradas tentativas insurreccionais. Pelo menos para eles, a instrução revestia-se de enorme prestígio, como atestam inúmeros artigos, sobretudo dos jornais de ideologia próxima da socialista.

---

contacto bastante íntimo entre as «cúpulas» e as «bases». Na realidade, se a imprensa viria a possibilitar que a propaganda abrangesse um auditório mais amplo, contribuiria igualmente para alterar significativamente o tipo de contactos entre os operários e os seus dirigentes. (A. Ventura, *O Sindicalismo no Alentejo: a Tournée de Propaganda de 1912*, e A. Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1970.) Este tipo de propaganda parece ter ocorrido particularmente entre o proletariado rural alentejano, embora haja indicações de que se esboçaram tentativas semelhantes na Beira e em Trás-os-Montes. Ver ainda os comentários de J. R. Sequeira sobre a elevada mobilidade geográfica dos trabalhadores em *Relembrando e Comentando, Memórias de Um Operário Corticeiro — 1914-36*, Porto, A Regra do Jogo, 1978.

<sup>13</sup> Existem inúmeros exemplares desta atitude face à educação. Ver, a título exemplificativo, *O Tanoeiro*, n.º 12, 16 e 19 (1924), ou, para um período posterior, *o Eco Metalúrgico* (31 de Novembro de 1895 e 14 de Junho de 1896), *O Corticeiro* (7 de Maio de 1910 e 13 de Abril e 1 de Junho de 1913), *Voz Sindical* (18 de Outubro de 1925).

Numa sessão comemorativa no jornal dos tabaqueiros, *A Voz do Operário*, foi solenemente declamado o seguinte poema escrito pelo presidente da comissão administrativa:

*É em verdade enorme o jeito da criança.  
Não sabe bem porquê, mas sente uma esperança  
De para um dia além o ensino lhe servir.  
Tem fome de instrução, tem sede de subir  
E sobe muito e muito aquele que mais lê.  
Os céus, a terra, o mar, o mundo todo vê  
Em riscos, em amor, em luz e tempestades;  
A História, e os seus Erros e Crimes e Verdades,  
Ciências, Ideais, o Pensamento e a Vida  
Tudo cabe lá dentro em Alma esclarecida*<sup>14</sup>.

Esta visão «reformista» da transformação da sociedade através da instituição escolar baseava-se na concepção de que a primeira era susceptível de uma melhoria gradual, concepção com possibilidades de encontrar eco sobretudo entre as velhas «aristocracias operárias»<sup>15</sup>, que desfrutavam ainda de um certo poder de negociação<sup>16</sup>.

Todavia, para a maioria dos operários, a ordem social dominante pouco tinha para oferecer: uma melhoria significativa na sua miserável situação parecia provavelmente mais exequível através de uma revolução violenta do que através de medidas graduais. Daí que, principalmente a partir de 1909, o anarco-sindicalismo viesse a exercer uma atracção cada vez maior, à medida que o desenvolvimento do capitalismo permitia simultaneamente prescindir dos velhos grupos quase-artesanais e utilizar mão-de-obra desqualificada e sobrexplorada.

Se a sociedade não era transformável por via gradual e pacífica, a instrução tornava-se muito menos urgente e importante. Na década de 20, ainda que influente, a visão iluminista da instrução já não era a única existente. Em 1925, por exemplo, um jornal anarco-sindicalista de Setúbal, *A Voz Sindical*<sup>17</sup>, insere um artigo pioneiro em que se combate o argumento reformista de que se devia dar prioridade à instrução popular. «Se através da história», afirmava o articulista, «os povos esperassem o momento de estar educados para se revolucionarem, ainda hoje seríamos servos da gleba», mensagem inédita, que punha em causa tanto as teses socialistas como as republicanas. Neste artigo afirmava-se explicitamente que os operários deveriam começar por transformar a sociedade antes de se instruírem, e não vice-versa. A tarefa da classe operária era «fazer a revolução quanto mais depressa melhor, alterando profundamente, destruindo mesmo, a sociedade presente, para sobre os seus alicerces reconstituir uma sociedade nova, onde a cultura individual [seja] facultada a todos, sem sofismas e sem receio de que os intelectuais se transformem

<sup>14</sup> *A Voz do Operário* de 6 de Fevereiro de 1927.

<sup>15</sup> Para uma definição destas «aristocracias operárias» ver E. J. Hobsbawm, *Labouring Men*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1904, e E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Londres, Penguin, 1963.

<sup>16</sup> Até à data não dispomos de qualquer investigação sobre as bases sociais do socialismo e do anarco-sindicalismo em Portugal, pelo que nos é impossível estabelecer diferenciações em termos socioprofissionais.

<sup>17</sup> *A Voz Sindical* de 25 de Outubro de 1925.

em algozes e exploradores do seu semelhante». Tratava-se ainda de uma voz isolada, mas era significativo que ela viesse das fileiras anarco-sindicalistas, que tendiam a negar que o operariado pudesse alcançar a hegemonia cultural frequentando as escolas tradicionais. Pelo contrário, fazia parte da estratégia anarco-sindicalista a proposta de criação de uma escola alternativa, militante e revolucionária <sup>18</sup>.

Esta posição não era obviamente incompatível com a ideia de que a instrução era desejável. O conteúdo obreirista da ideologia anarco-sindicalista exigia até, ao negar que a revolução pudesse ser levada a cabo por uma minoria de revolucionários profissionais, uma permanente agitação cultural junto das massas trabalhadoras. A escola era vista como uma instituição que podia ser usada para a formação da consciência política dos operários, desde que totalmente controlada por eles. A fé de Kropotkine na bondade humana e a sua confiança nas possibilidades da educação inspiraram, de facto, alguns pedagogos anarquistas. Mas, na esteira de Bakunine, não eram poucos os que apostavam antes prioritariamente no potencial revolucionário das massas ignorantes e exploradas, que havia que despertar para a acção, e não distraí-las com projectos educacionais.

Até aqui temo-nos referido sobretudo à ideologia da *élite* operária, uma vez que, como já dissemos, é difícil avaliar hoje o modo como as massas trabalhadoras encaravam a instrução. Em todo o caso, parece verosímil que a *élite* se mostrasse mais inclinada a aderir às maravilhas da cultura dominante, incluindo a alfabetização, do que os operários médios. Forçados a preocuparem-se acima de tudo com a sobrevivência quotidiana, num país de pobreza generalizada, não dispunham de muito tempo para ouvir as arengas dos militantes que pregavam as bênçãos do alfabeto. Para todos aqueles que viviam isolados no campo, ou tinham de labutar duramente pela subsistência diária, a instrução continuava a ser uma quimera distante.

O entusiasmo pela instrução, em particular nas áreas rurais, não era tão generalizado como por vezes se assume. Um jornal de Viana do Castelo, por exemplo, descreve o modo como um velho camponês minhoto encarava a instrução primária, em especial no tocante às mulheres. Quando lhe perguntaram se tencionava mandar as filhas à escola, respondeu sem hesitar: «Nada, nada. [...] Elas estão aqui mas é para trabalhar. Qual escola? Se lá fossem, mais tarde não lhes chegava o tempo para se escreverem c'os namoros.»<sup>19</sup> Pelo menos para um grande número de camponeses, ler e escrever era um luxo de privilegiados, não uma necessidade do povo trabalhador, que precisava acima de tudo da ajuda dos filhos a fim de contribuir para a manutenção de uma precária economia familiar. Certas formas de submissão tendiam a reproduzir-se quase automaticamente, originando uma visão do mundo mais conformista do que a presente nas cidades. A «indiferença» em relação à instrução era parte de uma atitude de resignação face a coisas que, aos olhos dos camponeses, eram inatingíveis e que, por serem de tal forma longínquas, nem pensáveis eram.

---

<sup>18</sup> O artigo em causa seguia fielmente os ensinamentos de Bakunine, que escrevera: «Muito bons socialistas burgueses sempre nos têm dito: 'Instruamos primeiro o povo e depois emancipemo-lo.' Nós dizemos o contrário: deixemo-lo emancipar-se primeiro e depois instruir-se-á a si mesmo à medida dos seus desejos» (ver J. Joll, *Anarquistas e Anarquismo*, Lisboa, D. Quixote, 1977, p. 106).

<sup>19</sup> *A Aurora do Minho*, citado no *Diário de Notícias* de 29 de Setembro de 1931

Num conto de autoria de Afonso Ribeiro encontramos um outro exemplo de uma atitude bastante semelhante, e esta já inserida num contexto urbano. A mãe Piripau retirara o filho da escola para o empregar como troilha, justificando a sua decisão nos seguintes termos: «É claro que ela procurava uma arte p'ró seu rapaz; quanto ao exame, paciência; ela ainda aprendera menos [...] Quem não nascera para dois, não chegava a dez.»<sup>20</sup>

Esta visão de que os pobres haviam nascido para trabalhar, não para pensar — reacção natural a situações particularmente duras e hostis —, opunha-se à opinião dos militantes de que, em vez de se aceitar o *statu quo*, deveria este ser radicalmente transformado. Numa autobiografia recentemente publicada por um corticeiro de Silves deparam-se-nos dois tipos de resposta diferentes em relação à instrução. Enquanto a opinião do autor ilustra perfeitamente a fé absoluta do militante na instrução, o pai, também operário, exemplifica a atitude mais conservadora. Quando o filho lhe pede autorização para prosseguir os estudos, o pai responde-lhe que a escola era só para as crianças ricas<sup>21</sup>, afirmação que constitui não só uma tentativa para impedir que as expectativas do filho o conduzissem a uma frustração e a desgostos quase inevitáveis, mas também uma desculpa da sua pobreza e da impossibilidade de proporcionar ao filho uma instrução adequada. Mais do que uma clara reacção de hostilidade face à instrução, tais atitudes representavam sobretudo o reconhecimento de uma impossibilidade.

A existência destes gestos defensivos face à instrução explica o número considerável de artigos publicados em jornais operários, criticando os trabalhadores por preferirem o execrável ambiente da taberna ao labor aturado, mas útil, da sala de aula, ou por se desleixarem na obrigação de mandar os filhos à escola. Tal divergência de opinião entre as bases operárias e os seus dirigentes levará estes últimos a escreverem artigos contra os pais «inconscientes», os perigos da mendicância infantil, as inúmeras vantagens do abecedário, etc. *A Voz do Operário*<sup>22</sup>, por exemplo, denuncia, em termos reminiscentes dos receios conservadores, os malefícios da «educação da rua», enquanto outros jornais clamam contra o desleixo dos operários.

Não é difícil compreender os motivos que levavam os dirigentes operários a considerar a existência dum povo alfabetizado como algo de crucial. A alfabetização era uma condição importante para a transmissão dos ideais revolucionários e para a preparação dos militantes. Enquanto monopólio das classes dominantes, ela podia, é certo, ser usada (coisa de que os anarco-sindicalistas depressa se aperceberam) para integrar as massas trabalhadoras na ordem social. Mas muitos dirigentes operários continuavam a pensar que, sem um povo alfabetizado, dificilmente se faria a Revolução.

Em resumo, afirmámos que quer os republicanos quer os dirigentes operários viam a instrução popular a uma luz favorável. Tanto aqueles como estes acreditavam nas vantagens de um sistema escolar democrático (posto que divergissem sobre os processos de o pôr em funcionamento) e criticavam acerbamente a «apatia» das massas populares. A instrução era, tanto para uns como os outros, essencial, uma vez que a alfabetização constituía uma habilitação fundamental para a propagação dos seus ideais<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Afonso Ribeiro, *O Povo*.

<sup>21</sup> J. R. Sequeira, *Relembrando e Comentando*.

<sup>22</sup> *A Voz do Operário* de 4 de Abril de 1926.

<sup>23</sup> Ao defenderem, mais tarde, que a alfabetização do povo só serviria para que ele se deleitasse em «leituras subversivas», os salazaristas não estavam comple-

De um modo geral, mesmo considerando que essa habilitação de pouco lhes servia, as massas populares continuavam a ver a alfabetização como um valor positivo, a que, no entanto, só os poderosos podiam ter acesso. Em 1934, um conhecido pedagogo liberal queixava-se de que não podia dar aulas sem usar manual, porque os alunos e os pais protestavam. E não conseguia perceber o «culto que dava ao livro um prestígio tão grande», sobretudo em pais pobres, que, apesar de mal poderem pagar o material escolar, não deixavam de manifestar pelos livros um «estúpido» respeito. «Um papel que diz coisas», espantava-se Dias Agudo, «produz sempre admiração.»<sup>24</sup>

O antropólogo José Cutileiro verificava também, nos anos 60, que «aos olhos do campesinato [alentejano], se afiguravam intimamente associados o saber e o poder, o governo e a universidade»<sup>25</sup>. E, como exemplo do prestígio de que entre os camponeses desfrutava quem sabia ler e escrever, conta que um cabo aposentado da Guarda Republicana lhe disse: «O homem mais inteligente que conheci foi um sargento no Quartel-General em Lisboa. Escrevia com as duas mãos ao mesmo tempo.»<sup>26</sup>

Os pobres respeitavam e admiravam as pessoas cultas como superiores. Isso não significava que considerassem as letras uma aquisição conveniente, ou possível, para os próprios filhos. Mas, para muitos, a instrução não era tanto uma aptidão negativa como uma perspectiva remota, parte de um mundo a que não tinham qualquer esperança de aceder.

Em geral, os trabalhadores respeitavam os seus colegas que liam e escreviam. Embora a posição ideológica de Alves Redol o fizesse inevitavelmente tomar partido pela instrução, esta passagem de um dos seus romances não é demasiado inverosímil: «O Fomecas naquelas coisas de cabeça era a última palavra. Sabia mais do que todos os outros — andara na escola e era capaz de ler umas letras. Bocado de jornal que o vento arrastasse, logo ele lhe galgava atrás para o soletrar. E os companheiros também não desperdiçavam papel que se visse, porque gostavam de ouvir o Fomecas ler aquelas coisas. Ele só sabia bem as letras grandes [...] Isso lhe dava o respeito dos camaradas.»<sup>27</sup> Na realidade, a minimização do valor da instrução, que constituiria, como a seguir veremos, parte integrante da ideologia salazarista, ia, até certo ponto, contra ideias arreigadas e antigas.

## b) OS SALAZARISTAS

Como o afirmou a António Ferro, Salazar estava fundamentalmente interessado na educação de um escol nacional, e não na educação do povo: «Considero [...] mais urgente a constituição de vastas *élites* do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas *élites* enquadrando as massas.»<sup>28</sup>

---

tamente errados. O «perigo» existia, embora não da forma simplista como era visto pelos sectores conservadores.

<sup>24</sup> *República* de 31 de Julho de 1934.

<sup>25</sup> José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, p. 365.

<sup>26</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 266.

<sup>27</sup> Alves Redol, *Gaibéus* (sublinhado meu). Veja-se também o seu romance *Fanga*.

<sup>28</sup> *Anais da Revolução Nacional*, Barcelos, Oficinas Artistas Reunidos, 1948, vol IV, p. 259. Apesar de menos empenhado no desenvolvimento económico do País, a posição de Salazar tinha semelhanças com a de alguns intelectuais oitocentistas que defendiam uma revolução a partir de cima, linha de pensamento bem

Num discurso posterior queixava-se de que a imprensa dirigia constantes apelos ao Governo para que ensinasse o povo a ler, o que o levava a perguntar com impaciência: «Para ler o quê?»<sup>29</sup>, insinuando assim que, uma vez alfabetizado, o povo apenas usaria tal preparação para se deleitar com leituras subversivas. Ao longo de várias décadas, tais atitudes iriam constituir a ortodoxia no que a esta matéria dizia respeito.

No relatório que, em 1938, a Câmara Corporativa elaborou sobre o ensino popular criticam-se tanto as posições positivistas como as doutrinas irracionaisistas face à cultura: se, por um lado, se reconhecia que a educação jamais contribuiria para tornar a humanidade feliz, não se deixava, por outro lado, de afirmar que era perigoso encarar a inteligência como um veneno. A educação deveria ser considerada, não como um direito individual, mas como uma necessidade do Estado, como um veículo de doutrinação moral e política. Deste modo, a escola podia tornar-se um excelente instrumento de controlo social.

A Assembleia Nacional partilhava a maior parte das ideias defendidas pela Câmara Corporativa, como o atestam, por exemplo, as afirmações do deputado Moura Relvas em 1938: «Nós não temos só de contar com o pendor tão natural da nossa gente para o conservantismo, para a tradição, para esta magnífica e até comovente disciplina que a caracteriza. Temos de lhe conferir a consciência plena da sua dignidade de povo nacionalista.»<sup>30</sup>

De uma maneira geral, o povo devia ser ensinado a ler por duas razões principais: em primeiro lugar, para se conseguir «ordem nos espíritos», em segundo lugar, e muito secundariamente, para que adquirisse algumas aptidões rudimentares. Os defensores destas posições receavam em particular o destino dos camponeses desenraizados que afluíam aos dois principais centros urbanos. Uma vez nas cidades, os camponeses analfabetos perdiam imediatamente todas as suas antigas qualidades; longe do originário meio rural, tornavam-se presa fácil de toda a espécie de mentores que imediatamente os arrastavam para as ilusões e para os perigos da luta de classes<sup>31</sup>.

Só a custo poderia o Estado Novo reeducar os adultos contaminados pelas ideias liberais e socialistas: o que estava ao seu alcance — e o que de facto procurou fazer — era «educar-lhes» os filhos. Tarefa importante, pois bastava atravessar certas áreas de Lisboa para que o cidadão pacífico fosse rodeado de pavorosos bandos de crianças esfarrapadas e violentas, inteiramente entregues aos seus maus instintos. «Que dizer», afirmava-se em *A Escola Portuguesa*, «das crianças que vagueiam pela cidade, famintas, sem escolas, quase sem família, pilhando, com astúcia de ratos, sem lei nem governo, o mais necessário à existência»? Cabia ao Estado Novo actuar no sentido de defender a sociedade deste flagelo social: «Onde quer que verdes, no largo ou na rua, um bando de garotos, maltrapilhos, ou simplesmente mal cuidados, jogando à bola de trapos, pedras, jogando o murro, dependurando-se nos veículos que passam, fugindo da polícia, espreitando a escola ou o furto [...] aí está o perigo social.»<sup>32</sup>

---

clara, por exemplo, nos escritos de um «franquista» como Agostinho de Campos, que se opunha à educação popular com argumentos muito semelhantes aos que os salazaristas usariam depois.

<sup>29</sup> *O Século* de 12 de Maio de 1938.

<sup>30</sup> *Diário das Sessões* de 25 de Março de 1938.

<sup>31</sup> *Ibid.*, id. (discurso de Correia Pinto).

<sup>32</sup> *A Escola Portuguesa* de 16 e 24 de Janeiro de 1935.

De facto, para alguns partidários do Estado Novo, a escola primária constituía um instrumento potencial de controlo social, ou seja, nas palavras do inspector J. Tomás, podia tornar-se «a mais diligente e disciplinada Polícia de Segurança do Estado»<sup>33</sup>. A repressão física não bastava para manter quietos e sossegados os pobres das cidades, pelo que o Estado deveria esforçar-se por «civilizá-los».

Os apologistas desta política citavam com frequência os exemplos da Inglaterra, da França e da Suécia para provar que a paz social podia coexistir com a alfabetização das massas. E sugeriam que, pelo contrário, o analfabetismo constituía terreno fértil para a divulgação de doutrinas dissolventes e perniciosas, como o caso da Rússia demonstrava à saciedade. Entre aqueles que defendiam tais ideias contavam-se alguns adeptos do Estado Novo próximos do fascismo italiano e que sublinhavam a necessidade de um regime político mais dinâmico. Receavam eles, em particular, que a *élite* portuguesa, sem um aumento de taxas de alfabetização, não fosse capaz de influenciar as massas: «[...] com percentagens de 60, 70 e 80 por cento de analfabetos, a civilização aflora aqui e além, mas não entra no âmago do País, não constitui o arcaboço forte do nosso corpo social.»<sup>34</sup> A escola primária devia servir como instrumento de mobilização do apoio das massas à Revolução Nacional.

Entretanto, algumas personalidades importantes do novo regime advogavam abertamente as glórias do analfabetismo: Alfredo Pimenta e Virgínia de Castro e Almeida eram os mais francos dentro desta corrente extrema. «Sabendo ler e escrever», escrevia a segunda, «nascem-lhes ambições: querem ir para as cidades ser marçanos, caixeiros, senhores; querem ir para o Brasil. Aprenderam a ler! Que lêem? Relações de crimes; noções erradas de política; livros maus; folhetos de propaganda subversiva. Largam a enxada, desinteressam-se da terra e só têm uma ambição: serem empregados públicos. Que vantagens foram buscar à escola? Nenhuma. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada [...]. A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75 por cento de analfabetos.»<sup>35</sup>

Todavia, os dirigentes mais realistas do Estado Novo tinham consciência de que o sistema escolar não podia ser transformado de um dia para o outro, do mesmo modo que não achavam desejável nem viável encerrar todas as escolas para pobres, como defendiam os extremistas. Porém, entre o analfabetismo e «uma instrução pagã», preferiam evidentemente o analfabetismo. Como o ministro Carneiro Pacheco inequivocamente afirmava: «Muito pior que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã.»<sup>36</sup> A escolha, no entanto, não se limitava inevitavelmente a essas duas alternativas. Tanto a concepção de que todas as escolas primárias para os pobres deviam ser fechadas como, no pólo oposto, a de que elas se deviam dedicar fundamentalmente a transmitir aptidões profissionais, acabariam por ser derrotadas. À pergunta: «Deve-se ensinar o povo a ler?», a resposta salazarista foi: «Sim, desde que o livro seja o catecismo.»

---

<sup>33</sup> *Diário de Notícias* de 23 de Setembro de 1931.

<sup>34</sup> *Ibid.* de 8 de Setembro de 1931.

<sup>35</sup> *O Século* de 5 de Fevereiro de 1927.

<sup>36</sup> *A Escola Portuguesa*, n.º 69, de 6 de Fevereiro de 1936.

Segundo o ponto de vista oficial, «o Governo faltaria ao mais sagrado dos seus deveres se deixasse o povo livremente entregue a todas as iniquidades e aberrações da inteligência humana»<sup>37</sup>. A resposta do Estado Novo à velha questão do analfabetismo consistiu em reintroduzir doses maciças de doutrinação religiosa nos currículos primários.

Como seria de esperar, os salazaristas viam os analfabetos a uma luz relativamente favorável: os analfabetos possuíam uma cultura própria, conduziam-se com decoro, eram diligentes. Analfabetismo não significava nem ignorância nem imoralidade. Os analfabetos podiam ser decentes e felizes; além disso, em geral, não prejudicavam os outros, não acalentavam ambições e mostravam-se submissos e resignados. O discurso do P.<sup>o</sup> Correia Pinto na Assembleia Nacional, em 1938, descreve o analfabeto arquétipo da ideologia nacionalista: «Vocês julgam que esse homem tem uma cultura teológica, aprendida no catecismo cristão, talvez na igreja da sua aldeia ou na escola. Tem uma cultura filosófica, um conceito da vida, um conceito do mundo. Esse homem tem uma cultura meteorológica; conhece os rumores do tempo e lê no céu, como faziam os velhos pastores da Índia. Esse homem tem uma cultura agrícola, talvez um pouco prejudicada pela rotina. Esse homem tem uma cultura, uma polidez e uma boa educação; sabe tratar com os fidalgos e sabe tratar com gente da sua igualha. E chama-se a esse homem um inculto, um desprezível analfabeto.»<sup>38</sup>

Os dirigentes do Estado Novo sabiam que podiam contar com o apoio do campesinato analfabeto, «órgão eminentemente sadio do corpo social», e, portanto, não o menosprezavam. Pelo contrário. Em 1926, o ministro da Instrução, Alfredo de Magalhães, admitindo embora que o seu cargo lhe não recomendava o elogio dos analfabetos, confessou que confiava cegamente neles<sup>39</sup>.

Os salazaristas propunham-se acima de tudo destruir o «fetichismo do alfabeto», pecado típico dos republicanos<sup>40</sup>. Vezes sem conta defenderam que a instrução, *per se*, não representava necessariamente um bem. Como o deputado Querubim Guimarães sublinhou na Assembleia Nacional, os feitos históricos mais gloriosos da nação portuguesa — a Reconquista, os Descobrimentos, a Restauração — não tinham sido obra de letrados. Para

---

<sup>37</sup> *A Escola Portuguesa*, n.º 145, de 5 de Agosto de 1937.

<sup>38</sup> *Diário das Sessões* de 23 de Março de 1938. Seria interessante aprofundar este tema, tendo em conta o carácter aparentemente inesperado das semelhanças destas posições reaccionárias com a reavaliação das «culturas subordinadas» feitas por certos pedagogos geralmente considerados de esquerda, como, por exemplo, Illich.

<sup>39</sup> *Diário de Notícias* de 17 de Dezembro de 1926.

<sup>40</sup> É interessante realçar que o ataque ao «fetichismo do alfabeto» não era monopólio do pensamento salazarista. Bastará ver as críticas demolidoras dum autor como António Sérgio, para quem era perigoso qualquer programa de alfabetização popular que não incluísse, como ele pensava que o programa republicano não incluía, a devida preparação profissional; segundo A. Sérgio, a alfabetização popular corria o risco de transformar «o discípulo da cartilhinha» num subversivo bombista. A inesperada semelhança de pontos de vista entre A. Sérgio e os salazaristas na apreciação dos ideais pedagógicos republicanos, tal como a comum ênfase na defesa da «educação» *versus* «instrução», não devem contudo fazer-nos esquecer as diferenças entre ambos, decorrentes fundamentalmente do carácter liberal do pensamento sergiano. (Ver A. Sérgio, *Sobre a Educação Primária e Infantil*, Lisboa, Inquérito, s. d.; e V. Pulido Valente, «António Sérgio de Sousa: uma revolução interior», in *O Tempo e o Modo*, n.º 69/70, Março-Abril de 1969.

a sua pergunta: «Os companheiros de Gama sabiam ler e escrever?»<sup>41</sup>, só havia uma resposta: uma nação capaz de praticar tão magníficas façanhas em estado de santa ignorância não precisava obviamente de aprender a ler.

## 2. AS CAUSAS DO ANALFABETISMO

Durante as primeiras décadas do século XX, a polémica sobre as causas do analfabetismo prosseguiu com o entusiasmo proverbial. A evidência de algumas delas impunha-se aos ideólogos de todos os quadrantes políticos (como, por exemplo, a pobreza ou a falta de escolas), embora adquirissem um significado diferente consoante o contexto; outras, mais discutíveis, identificavam imediatamente opiniões políticas.

### a) OS REPUBLICANOS E OS OPERÁRIOS

Para muitos republicanos, o analfabetismo resultava da tenebrosa e tradicional influência da Igreja no sector da educação. Por conseguinte, o velho «apóstolo» da instrução popular Alexandre Ferreira advertia que «a causa mais importante [da taxa de analfabetismo em Portugal] fora o facto de, no reinado de D. João III, a instrução ter sido entregue à Companhia de Jesus, que a monopolizara, manobrando-a segundo as suas conveniências políticas»<sup>42</sup>. O analfabetismo era, acima de tudo, «a triste herança dos conventos».

No debate sobre a questão de se saber se o povo estava ou não interessado em que os seus filhos frequentassem a escola, os republicanos sustentavam que, quando não contaminado pela perniciosa influência do clero, o povo mandaria espontânea e entusiasticamente os filhos às novas escolas progressistas. O facto de, por vezes, o não fazer só provava, mais uma vez, a existência de uma conspiração da Igreja contra a luz da Razão.

Raras eram as vozes heterodoxas. O anarquista Emílio Costa era sem dúvida uma delas quando punha em relevo o tom «idealista» de ambos os argumentos e insistia em chamar a atenção para a necessidade de ter em conta o subdesenvolvimento económico do País. Na sua opinião, a alfabetização dependia essencialmente da industrialização. «Um caminho-de-ferro, a abertura de um porto à navegação, a fundação de uma fábrica ou de um laboratório, etc., são agentes mais poderosos para a criação de escolas e sua frequência do que as pregações dos amigos da instrução e a previdência legisladora dos governos.» Mas, se Emílio Costa partia dos factores económicos, não ignorava também outras variáveis que, segundo ele, desempenhavam um papel importante, nomeadamente o tradicional desdém das classes dominantes pela cultura, que contribuía para que, ainda um século antes, se ouvisse dizer nos quartéis: «É bom que o sargento saiba ler, porque pode o capitão ser fidalgo.»<sup>43</sup>

Mas, se os dirigentes ligados ao movimento operário salientavam a influência dos factores económicos, o ponto de vista republicano de que

---

<sup>41</sup> *Diário das Sessões* de 26 de Março de 1938.

<sup>42</sup> *Diário de Notícias* de 24 de Dezembro de 1931.

<sup>43</sup> *República* de 5 de Agosto de 1934.

o analfabetismo se devia acima de tudo à «reles canalha da batina» era também bastante popular entre o operariado <sup>44</sup>.

#### b) OS SALAZARISTAS

Os salazaristas ressuscitaram a crença tradicional (para cuja divulgação durante o século XIX contribuíra, entre outros, Ramalho Ortigão) de que o povo português «não sentia necessidade de aprender» <sup>45</sup>. Esta ênfase na falta de vocação do povo para aprender era a principal característica da ideologia salazarista. Para os ilustres procuradores à Câmara Corporativa, «a síndrome do analfabetismo, em especial nas populações rurais [tinha] causas profundas, de origem psicológica, económica e social». De entre elas, a psicologia era a principal: o nosso vergonhoso índice de analfabetismo resultava da «indiferença» do povo pela instrução. Ao contrário de outros países mais evoluídos, em Portugal existiam muitas escolas sem alunos, pelo que só se podia concluir que o povo, «pela sua riqueza intuitiva [...] não sentia a necessidade de saber ler» <sup>46</sup>.

De acordo com a ideologia salazarista, as culpas da ignorância cabiam ao ignorante: a apatia do povo provocava o analfabetismo. Nas palavras do *Diário de Notícias*, «a ignorância gerava a ignorância», círculo vicioso muito difícil de romper. Pior ainda: era de crer que «a psicologia do povo português» estivesse na raiz de tudo <sup>47</sup>. A pobreza, embora agravasse as coisas, não se podia considerar inteiramente responsável. Como dizia o semanário oficial *A Escola Portuguesa*, «a pobreza é velha como desculpa de não se querer cumprir determinado dever [...] Não passam as crianças na escola mais fome e frio do que no próprio lar» <sup>48</sup>.

Em resumo, para os salazaristas não restavam dúvidas de que o povo, devido às suas misteriosas virtudes naturais, tinha pela escola uma profunda indiferença. Indiferença que os dirigentes do Estado Novo aceitavam com mal disfarçado entusiasmo. Para os republicanos, tal indiferença provinha essencialmente das eternas conspirações da Igreja contra a Razão. Por seu lado, os intelectuais mais ligados ao movimento operário apresentavam paralelamente um tipo de explicação materialista, tendo em conta factores socioeconómicos geralmente negligenciados pelas outras correntes ideológicas.

### 3. A IGUALDADE E A ESCOLA: O DEBATE SOBRE A ESCOLA ÚNICA

#### a) OS REPUBLICANOS E A CLASSE OPERÁRIA

A escola única, defendida sobretudo pelos republicanos, tinha fundamentalmente em vista três objectivos: a igualdade e a gratuidade de acesso à instrução, o estabelecimento de um sistema educacional laico e a criação

---

<sup>44</sup> Embora provavelmente menos central na ideologia operária do que na pequeno-burguesa, o anticlericalismo está bem patente em muitos dos jornais operários. O ódio à «padralhada» não era, de forma alguma, monopólio dos republicanos.

<sup>45</sup> *Diário das Sessões*, n.ºs 165-185 (Março e Abril de 1938).

<sup>46</sup> Citado na proposta de lei elaborada por Carneiro Pacheco, *A Escola Portuguesa*, n.º 162, de 2 de Dezembro de 1937.

<sup>47</sup> *Diário de Notícias* de 6 de Fevereiro de 1930 e de 20 de Agosto de 1931

<sup>48</sup> *A Escola Portuguesa*, n.º 97, de 20 de Agosto de 1936.

de um sistema de orientação vocacional. Todas as crianças, ricas ou pobres, rapazes ou raparigas, da cidade ou do campo, deviam gozar das mesmas oportunidades educacionais. A escola única permitir-lhes-ia «subir aos postos superiores da sociedade, consoante as suas faculdades e aptidões»<sup>49</sup>, o que beneficiaria não só o indivíduo, mas também a sociedade. Numa palavra, a escola única era o cadinho de todas as classes, a partir do qual a harmonia social progressivamente emergiria.

Fora este o sonho dos homens da revolução de 1910, daquele legislador que garantia que os Portugueses não tardariam a transformar-se numa «colmeia» e a, pacífica e diligentemente, «unindo a força dos seus músculos, a seiva do seu cérebro e os preceitos da sua moral», criar uma nova pátria<sup>50</sup>. O sonho radical da escola como primeiro agente da igualdade estava no cerne da ideologia republicana.

O órgão da CGT, *A Batalha*, embora defendesse também uma escola igualitária, salientava os obstáculos que uma sociedade de classes levantava a tal projecto. Apesar de partilhar algumas das ilusões dos republicanos, é interessante verificar as diferenças entre porta-vozes republicanos e operários quanto a este ponto. Num artigo intitulado «A instrução é só para os ricos» argumentava-se que, enquanto existisse o capitalismo, a escola nunca poderia ser igualitária: «[...] a instrução, a luz do espírito, em vez de se espalhar irmanamente por todos, como a luz do Sol, seria dada a cada classe consoante o capricho de quem dominasse.» Nas condições existentes, a escola única era uma impossibilidade: «Dizer-se que uma democracia, pelo facto de proclamar a igualdade política, dá a todos os homens a liberdade de ascender aos mais altos lugares, às mais altas situações, é uma mentira descarada.»<sup>51</sup> Os anarco-sindicalistas acalentavam obviamente menos ilusões do que os republicanos acerca das virtudes da escola única.

A escola ideal dos anarco-sindicalistas era a «escola racional»<sup>52</sup>, segundo o modelo da escola laica fundada na Catalunha por Ferrer, escola que se destinava prioritariamente a preparar as crianças para o seu futuro papel numa sociedade revolucionária. Partindo do pressuposto de que o cérebro da criança era terreno virgem onde podiam ser lançadas as sementes dos ideais anarquistas, estes pedagogos revolucionários propunham tanto um novo currículo como uma nova pedagogia. A «escola racional» seria, portanto, uma escola militante, em luta contra o Capital, o Estado e a Igreja.

## b) OS SALAZARISTAS

A visão salazarista da sociedade ideal, hierárquica e imutável está na origem de uma concepção específica do papel da escola, concepção segundo a qual a escola não se destinava a servir de agência de distribuição profissional ou de detecção do mérito intelectual, mas devia antes ser usada como aparelho de doutrinação. Para o salazarismo não havia, aliás, qualquer necessidade de justificar as desigualdades económicas, inevitáveis e insti-

<sup>49</sup> *A República* de 18 de Agosto de 1933.

<sup>50</sup> Lei promulgada em 29 de Março de 1911 reestruturando todo o sistema educacional (citada em J. S. Sampaio, *O Ensino Primário em Portugal (1911-69)*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1975.

<sup>51</sup> *A Batalha* de 19 de Dezembro e 3 de Março de 1926.

<sup>52</sup> Veja-se, por exemplo, *O Corticeiro* de 13 de Abril de 1913, ou *A Batalha* de 16 de Junho de 1926.

tuídas por Deus. Convinha, pelo contrário, rebater as falsas ideias do passado que apresentavam a escola como a «grande niveladora». Salazar afirmava mesmo categoricamente que a educação, só por si, pouco nivelaria, ou seja, que, numa sociedade naturalmente hierarquizada, a educação pouco poderia contribuir no sentido de uma maior igualdade<sup>53</sup>.

O ataque mais articulado e veemente contra a escola única vindo das fileiras salazaristas surgiu em 1928 pela pena de Marcello Caetano. Vamos analisá-lo, em certo pormenor, não apenas pelo lugar que Marcello Caetano ocupava no regime, como ainda porque constitui a melhor exposição daquilo que muitos outros se esforçavam por dizer<sup>54</sup>.

O conceito de escola única representava, para Marcello Caetano, um simples disfarce que os partidos radicais tinham criado para substituir os gastos *slogans* anticlericais. Em última análise, constituía uma tentativa dos intelectuais para conquistar o poder político. Na opinião dele, a República Francesa evoluíra já de um reino de advogados para um reino de professores. «A escola a fazer selecção dos valores é bem uma ideia própria de um partido de pedagogos com ambições políticas.» A escola única tornara-se, no entanto, um mito influente cuja popularidade resultava do facto de ser uma versão particularmente respeitável das antigas ideias igualitárias, que satisfazia tanto à ala esquerda como à ala direita dos partidos radicais, permitindo à primeira continuar a acreditar na iminência da revolução, enquanto assegurava à segunda que esta se limitaria a uma mera acção intelectual.

Mais: se o mito da escola única se transformasse em realidade, transformar-se-ia também num crime, visto que, ao «tirar a educação dos filhos à autoridade dos pais, por falta de coragem e desassombro para exigir a prática pura e simples do sistema bolchevista, imitado dos velhos usos pagãos», violava os sagrados direitos da família.

Marcello Caetano baseava a condenação da escola única numa curiosa teoria sobre a origem da inteligência. Não só acreditava na diferença inata das capacidades individuais, como sustentava que «as ideias, as noções, as experiências vão-se elaborando através de umas poucas de gerações até florir em determinada altura, na pessoa de um dos membros da linhagem [...]; a gestação duma inteligência superior é trabalho de muitos anos, de séculos até». O mérito e a classe social encontravam-se, assim, intimamente relacionados; a estrutura social, divinamente instituída, tinha um fundamento psicológico. Pensar bem requeria um prolongado exercício mental e uma preparação estranhos às classes inferiores; por conseguinte, ao nascer nelas, uma criança só muito dificilmente conseguiria ascender na escala social. Deste modo, Marcello Caetano reconhecia, e aceitava, o papel que os factores sociais desempenhavam no desenvolvimento intelectual, mas para negar a possibilidade de mobilidade ascendente. Nas suas próprias palavras, «uma criança inteligente, filha de um operário hábil e honesto, pode, na profissão do seu pai, vir a ser um trabalhador exímio, progressivo e apreciado, pode chegar a fazer parte do escol da sua profissão, e assim deve ser». Cada classe possuía a sua hierarquia interna, nos limites da qual o mérito contava. Num sentido mais lato, porém, o *status* era herdado.

---

<sup>53</sup> A. de Oliveira Salazar, *Discursos*, I (prefácio), pp. 30-31.

<sup>54</sup> É um pouco irónico que, mais tarde, fosse um dos seus ministros, Veiga Simão, a tentar inverter num sentido meritocrático a anterior política educacional.

Nestas condições, a escola única acarretaria desastrosas consequências para os indivíduos que através dela se promovessem. Filho de operário que «subisse» por intermédio da «escada educacional» pagava um alto preço: «Seleccionado pelo professor primário para estudar ciências para as quais o seu espírito não tinha a mesma preparação hereditária que tinha para o ofício, não passaria nunca de um medíocre intelectual, quando muito um homem sábio, mas incapaz de singrar na vida nova que lhe [havião indicado] sem o ouvir.»<sup>55</sup>

E com este supremo à-vontade rebatia Marcello Caetano os pressupostos de escola única, denunciava as razões implícitas na sua defesa e previa que da sua instituição resultariam coisas funestas. Numa palavra, tentava abolir o pernicioso princípio da distribuição aleatória da capacidade intelectual e a ideia de que a escola poderia democratizar a sociedade<sup>56</sup>.

A doutrina salazarista declarava a igualdade impossível e os regimes democráticos indesejáveis e *contra natura*, porque impediam, na escola e na sociedade, que os «talentos» brilhassem e se desenvolvessem<sup>57</sup>. Ao aniquilar a harmoniosa estrutura do *ancien régime* e ao erguer em seu lugar o indivíduo isolado e onnipotente, a democracia conduziria, em última análise, ao comunismo. Além disso, as várias classes sociais não tinham apenas capacidades desiguais, mas tradições e necessidades próprias. A existência de culturas de classe específicas e «hierarquizadas» serviu aos ideólogos do Estado Novo de argumento a favor de um sistema escolar diferenciado<sup>58</sup>.

Em síntese, para os republicanos a escola primária servia, acima de tudo, para promover a igualdade; por sua vez, para os salazaristas, eram essas precisamente as ideias a ser combatidas, uma vez que competia ao Estado reintroduzir, através do seu sistema escolar, as noções de uma hierarquia social ordenada por Deus e de um sistema escolar socialmente diferenciado. Os anarco-sindicalistas, longe das ilusões reformistas republicanas, sonhavam, entretanto, com uma escola militante que os ajudasse a fazer a Revolução.

#### 4. O DEBATE SOBRE A NEUTRALIDADE E O CONTROLO DA ESCOLA

##### a) OS REPUBLICANOS E OS OPERÁRIOS

O *slogan* da «escola neutra» havia sido, desde sempre, um poderoso instrumento nas mãos dos republicanos, na sua luta contra a intervenção da Igreja no sector do ensino. É evidente que, ao defenderem a criação

---

<sup>55</sup> *A Voz* de 24 e 26 de Janeiro de 1928.

<sup>56</sup> O ministro da Instrução, Eusébio Tamagnini, forneceu uma base «científica» a esta nova ideologia inigualitária. Alegando que o psicólogo americano Terman provara irrefutavelmente que o nível mental dos alunos era variável, Tamagnini concluiu que a população escolar portuguesa se dividia em cinco grupos: ineducáveis (8 %), normais estúpidos (15 %), inteligência média (60 %), inteligência superior (15 %) e notáveis (2 %). Por conseguinte, todos os ideais democráticos se baseavam em premissas «contraditórias e biologicamente falsas» e a escola única não passava de um absurdo.

<sup>57</sup> *A Voz* de 1 de Novembro de 1929.

<sup>58</sup> *O Ensino Primário*, n.º 109, de 10 de Julho de 1932.

de uma escola «neutra», o objectivo dos republicanos não era necessariamente o fortalecimento da autonomia do sistema educativo. O que lhes interessava, por detrás do *slogan*, era o combate à influência religiosa no sistema escolar. Por conseguinte, uma vez no poder, os republicanos jamais hesitaram em usar a escola para doutrinar as massas nas virtudes do republicanismo, apenas retomando a polémica em torno da «escola neutra» quando a Igreja empreendia qualquer acção no sentido de reconquistar a influência perdida. Assim, após a implantação da República, o catecismo depressa foi substituído por «cursos cívicos», sem que nas almas dos mais ardentes adeptos da neutralidade surgissem quaisquer dúvidas <sup>59</sup>.

Adormecida durante um período, a controvérsia sobre este tópico ressurgiria, com renovado vigor, após o advento da ditadura, embora em termos inesperados. De repente gerava-se um consenso, quer entre os republicanos quer entre os salazaristas, quanto ao carácter utópico da neutralidade escolar. A neutralidade era, afinal, impossível. Assim, um conhecido pedagogo liberal, Dias Agudo, foi veementemente atacado pelos seus correligionários ao procurar defender que a religião e a política deveriam manter-se fora do sagrado recinto da escola. Como sucessivamente lhe fizeram notar, a neutralidade tornara-se entretanto impossível; o que era preciso alcançar era a vitória dos «justos» e dos «cultos» sobre os seus poderosos adversários <sup>60</sup>. Deste modo, até os pedagogos republicanos, formados no mito da escola neutra, se viam forçados a reconhecer a educação como arma ideológica.

Por seu lado, os sectores da classe operária que tinham acreditado na República depressa perderam as ilusões iniciais. Não passaria muito tempo antes que a imprensa operária começasse de novo a reclamar contra a falta de isenção do sistema escolar: afinal, a educação republicana era tão sectária quanto a anterior. Segundo os anarco-sindicalistas, os republicanos tinham-se limitado a substituir a religião pela Pátria, Cristo pela polícia, o rosário pela bandeira nacional. A escola republicana não era, portanto, a escola de que a classe operária necessitava <sup>61</sup>.

Para os anarco-sindicalistas, o postulado republicano de que a Razão se situava, altiva e serena, acima da luta de classes era um disparate. A «escola neutra» era para eles uma impossibilidade evidente, uma vez que existiam, não uma, mas duas razões: a «boa» e a «má» <sup>62</sup>. Os anarco-sindicalistas eram claramente a favor de um sistema escolar que se assumia na sua dimensão militante de transmissor da «boa» instrução. «Criemos um sistema educacional», defendia *A Batalha*, «graças ao qual possamos alcançar um conhecimento completo das origens da desigualdade económica, da falsidade religiosa, dos efeitos deletérios do militarismo e do patriotismo e de todos os outros meios pelos quais [o homem] é mantido em sujeição.» <sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> A extensão desta alteração está por estudar, não se sabendo bem qual a importância, na prática, destes projectados «cursos cívicos».

<sup>60</sup> *O Ensino Primário* de 29 de Maio e 3 de Julho de 1932.

<sup>61</sup> Veja-se, por exemplo, *Lumen* de Dezembro de 1912.

<sup>62</sup> Não era tanto por pensarem, como o faziam os teóricos marxistas, que a posição social era um dos determinantes do processo cognitivo que eles defendiam a razão «boa», mas principalmente por motivos éticos. Os operários deveriam, portanto, aproveitar tudo o que na ciência «burguesa» pudesse servir os objectivos revolucionários e afastar tudo o que fosse contrário aos valores humanistas libertários.

<sup>63</sup> *A Batalha* de 14 de Agosto de 1926.

O reconhecimento da não neutralidade do sistema escolar leva de imediato ao problema do seu controlo. Uma vez que a teoria anarco-sindicalista visava a destruição do Estado, não podia admitir qualquer forma de educação pública, a seus olhos uma aberração tão grande quanto a educação desejada pelos apologistas da «liberdade de ensino», sinónimo, na prática, da entrega do sistema escolar à Igreja. Para os anarco-sindicalistas, a alternativa residia num sistema localmente controlado, mediante a qual seriam os próprios trabalhadores a nomear os professores, a escolher os manuais e a administrar as escolas, única forma de retirar ao Estado e à Igreja o controlo sobre a educação dos seus filhos<sup>64</sup>. Sendo a emancipação do proletariado obra dos próprios proletários, a organização de um sistema escolar autónomo era fundamental<sup>65</sup>.

Se, nalguns aspectos, o movimento operário partilhava as convicções, ideias e ilusões dos republicanos quanto à instrução, neste ponto os anarco-sindicalistas afastavam-se claramente daqueles. Ao longo destas primeiras décadas do século XX pode-se entrever a lenta formação de uma genuína cultura operária, cultura essa que não tardaria a sofrer, a partir de 1926, uma repressão fortíssima, que, ao forçá-la à clandestinidade, a transformaria radicalmente.

Para os republicanos, a educação deveria ser confiada ao Estado. É verdade que, na oposição, haviam defendido a descentralização e a entrega ao poder local das escolas primárias. Mas, uma vez no poder, o receio da influência do clero, especialmente nas aldeias do Norte, foi mais forte: a partir de 1910, a República iria tentar usar o aparelho de Estado central para transformar o sistema escolar a partir de cima, libertando deste modo as massas, mesmo as mais relutantes, da perniciosa propaganda religiosa.

#### b) OS SALAZARISTAS

Em teoria, os salazaristas defendiam a antiga ideia de que a educação devia ser confiada aos pais. Contudo, isso não queria necessariamente dizer que o Estado devesse adoptar um papel passivo. O Estado Novo possuía a sua própria ideologia e devia veiculá-la através das escolas. Segundo afirmou Salazar, «não quer o Estado o monopólio da educação e instrução, porque estas, de direito, pertencem às famílias, mas é justo que, no exercício da sua função coordenadora e supletória, oriente o ensino no sentido de formar a inteligência e o carácter dos novos segundo a sua doutrina»<sup>66</sup>.

Simulando conferir aos Pais um grau de controlo, os salazaristas estavam, na realidade, a construir, num país sem tradições de iniciativa privada no sector do ensino popular, o sistema de ensino público mais centralizado da história portuguesa. A partir de 1926, o Ministério da Instrução Pública,

---

<sup>64</sup> Veja-se, por exemplo, *A Batalha* de 14 de Agosto de 1926. Veja-se também M. J. Sousa, *o Sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1972, pp. 151-153, sobre um programa de organização sindical que inclui alguns tópicos respeitantes à educação da classe operária.

<sup>65</sup> Por seu lado, os socialistas encaravam o controlo da escola pelo Estado capitalista como uma situação transitória. Graças à luta política, chegaria o momento em que a classe operária poderia, já no poder, reorganizar o seu sistema escolar, controlado, ao contrário do esquema preconizado pelos anarco-sindicalistas, pelo novo aparelho estatal.

<sup>66</sup> *Diário de Notícias* de 25 de Outubro de 1933.

logo transformado em Ministério da Educação Nacional, passaria a deter todo o poder. O Estado Novo moldaria, sem qualquer possibilidade de contestação, a sua escola.

Para os salazaristas, o princípio da neutralidade da escola serviria apenas aos republicanos para proibirem o ensino religioso nas escolas públicas. Era portanto uma mera arma ideológica. Longe de serem «neutras», as escolas deveriam tornar-se veículos activos de doutrinação política. «Como adeptos duma doutrina», advertia Salazar, «importa-nos ser intransigentes na defesa e na realização dos princípios que a constituem.»

A partir de 1926, qualquer tentativa de «neutralidade» era considerada criminosa pelos adeptos do novo regime. A neutralidade era encarada com desconfiança na suposição de que encobria hostilidade. Na opinião dos salazaristas, não se podia ou devia ser «neutro». Pelo contrário, a militância e a política intervinham em todas as áreas. A política deveria pois entrar nas escolas. Como salientava o director-geral da Instrução Primária em 1934, «deslocada da arena das paixões para os gabinetes de análise e estudo, a actividade política nada tinha de arrepiante»<sup>67</sup>. Somente a política partidária era abominável e deveria ser proibida.

O reconhecimento explícito do carácter militante da escola e a defesa de uma escola politizada levaram a uma nítida e forte intervenção das autoridades salazaristas nos textos dos manuais do ensino primário. Às «purgas» iniciais dos livros de leitura segue-se a adopção do livro único, destinado a fornecer aos alunos os valores «correctos». A doutrinação nos valores da obediência, resignação, caridade, disciplina, piedade, trabalho aturado e virtudes da vida familiar e rural, juntamente com a inculcação de doses maciças de elogios ao regime do Estado Novo e seu carácter patriótico e ordeiro, passaram a ser diárias. A escola primária salazarista não era nem jamais se pretendeu neutra<sup>68</sup>.

## CONCLUSÃO

Nas primeiras décadas deste século existiam em Portugal quatro famílias ideológicas divergindo entre si no que à educação dizia respeito: salazaristas, republicanos, socialistas e anarco-sindicalistas. Relativamente à questão do ensino popular e suas vantagens, desenhavam-se basicamente dois grupos: dum lado os salazaristas, que receavam os resultados da educação do povo, e do outro os republicanos, socialistas e anarco-sindicalistas, que ardentemente a desejavam.

Todavia, se é verdade que quer os dirigentes republicanos quer os operários eram inequivocamente a favor da educação popular, as atitudes das massas eram muito menos nítidas. Muitos trabalhadores portugueses não enviavam os filhos à escola. As causas de tal «apatia» constituíram ao longo dos anos um mistério estranho e um tópico para animadas polémicas. Os salazaristas apresentavam uma explicação de raiz psicológica, segundo a qual a culpa cabia basicamente aos próprios analfabetos. Os republicanos defrontavam-se com problemas especiais na justificação do comporta-

---

<sup>67</sup> *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*, 1934.

<sup>68</sup> Ver cap. VIII, «O currículo», do meu livro *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*.

mento popular, tendo finalmente adoptado um modelo conspirativo que atribuía todas as culpas à Igreja, tese que se revestia da vantagem adicional de os manter na convicção tranquilizadora de que governariam um povo inocente e passivo que amavam, mas que desejavam dócil e quieto. Os anarco-sindicalistas, por sua vez, viam que qualquer explicação do analfabetismo teria de ter em conta não só o subdesenvolvimento económico do País, mas também factores sociopolíticos. No entanto, mesmo os dirigentes da classe operária tinham dificuldade em aceitar o facto de os trabalhadores portugueses não se mostrarem tão ávidos de instrução quanto eles gostariam, atitude na base dos comentários sobre a «falsa consciência» dos trabalhadores que ocasionalmente apareciam nos seus jornais.

No tocante à possibilidade de se usar a escola para edificar uma sociedade democrática, as opiniões de republicanos e anarco-sindicalistas não eram totalmente idênticas, ainda que coincidissem ambas na oposição ao postulado salazarista relativamente à impossibilidade da igualdade. Mais facilmente do que os anarco-sindicalistas, os republicanos e os socialistas defendiam que era possível transformar a sociedade por intermédio da escola. A igualdade de oportunidades em relação à escola conduziria a uma sociedade mais democrática, facto que os anarco-sindicalistas negavam.

Os republicanos olhavam a escola como um veículo por excelência através do qual poderiam difundir a Razão. Neste ponto tiveram de se defrontar com poderosos adversários: não apenas os salazaristas, mas também os anarco-sindicalistas, encaravam explicitamente a escola como uma arma ideológica, e não como uma agência neutra que transmitiria uma verdade pura. Mas seria sobretudo a questão do controlo da escola que mais fundas cisões provocaria no bloco anti-salazarista. Enquanto os republicanos e os socialistas estavam dispostos a confiar o controlo da escola ao «seu» Estado, a proposta anarco-sindicalista idealizava um sistema educacional submetido a um controlo local e operário.

Se a ideologia dos operários, e particularmente a dos seus porta-vozes, revela frequentemente a marca do iluminismo (o que os aproximava dos republicanos), o problema do controlo do sistema escolar separava-os radicalmente dos vários participantes no debate.